

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1583 | 12 A 17 DE AGOSTO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101



#NãoAoDesmonte NOVA REESTRUTURAÇÃO DO BB CONTRIBUI PARA ENFRAQUECIMENTO DO BANCO

Segundo informações do banco, o número de postos de trabalho será aumentado em 1.505 agências, mas reduzido em 1.765 unidades. Sem detalhar as mudanças, o BB informou que a Plataforma de Suporte Operacional (PSO) sofrerá redimensionamento, o que já está afetando a rede de caixas. As Gecex também passarão por alterações. A rede perderá uma série de funcionários, principalmente escriturários. Além do fechamento de agências e movimentação de pessoal, o banco prepara um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Por sua vez, o lucro do BB no 1º semestre deste ano cresceu 38,5%, chegando aos R\$ 8,7 bi, o que demonstra que não existe razão para o desmonte do banco, promovido pelo governo federal. Para protestar contra tudo isso, os funcionários do BB realizaram em todo o país um dia de luta na sexta, 9/8. Em Fortaleza, os dirigentes do Sindicato realizaram atividades e reuniões por local de trabalho, esclarecendo e mobilizando os trabalhadores **(leia mais nas págs 3 e 7)**

Artigo

LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 13 ANOS E A LUTA CONTRA O FEMINICÍDIO NUNCA FOI TÃO ATUAL

A Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi promulgada há 13 anos (no dia 7/8/2006) com o objetivo de combater os crimes de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra as mulheres. Mas, mesmo com o aumento do rigor das punições sobre os crimes domésticos, os índices de feminicídio permanecem altíssimos no Brasil. Segundo o Atlas da Violência 2019, ocorreram 13 homicídios de mulheres por dia em 2017. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas.

O estudo mostra ainda que, em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão em decorrência de violência doméstica. Podemos observar um aumento nos números de violência a cada ano e a diminuição de políticas públicas para o combate desses crimes. De acordo com o canal 180, os números de tentativas de feminicídio superaram o semestre passado. A lei foi um enorme avanço para a luta contra a violência, porém precisamos que ela seja, de fato, aplicada e que o governo invista em projetos de conscientização e de combate ao feminicídio.

Além da falta de investimento, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa, como vem propondo o governo Bolsonaro, tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência, favorecendo a instalação do clima de ódio e violência no país.

A Lei Maria da Penha atua para proteger as vítimas do agressor e interromper o processo conhecido como escalada de violência --na qual a intensidade das agressões aumenta ao longo do tempo. Com a medida, é possível, por exemplo, exigir que o agressor mantenha uma distância mínima da mulher e dos filhos, além de outros meios de proteção.

Um dos principais caminhos para a denúncia da violência contra a mulher é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. A ligação é gratuita e confidencial e o canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela. Todas as denúncias são encaminhadas para a Defensoria Pública, Ministério Público e outras instituições de proteção à mulher. Em 2018, o Ligue 180 recebeu 92.663 denúncias.

Entretanto, mais do que denunciar e incentivar as denúncias, deve-se combater a cultura da violência contra a mulher. Diante da crescente intolerância e fortalecimento do discurso de ódio, em que avançam pensamentos retrógrados ligados à suposta superioridade baseada em diferenças de gênero, origem, nacionalidade, raça, etnia, diversidade sexual etc., a diferença passa a ser tomada como fator para aniquilar direitos. Daí, a importância da educação em direitos humanos, inspirada nos princípios da igualdade, da inclusão, promovendo políticas públicas de combate à violência, assim como a promoção do diálogo, da tolerância e da igualdade de gênero.



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

Onde denunciar:

CASA DA MULHER BRASILEIRA

Equipamento
reúne órgãos de
apoio, orientação
e atendimento
a mulheres em
situação de violência,
incluindo a Delegacia
de Defesa da Mulher.

Endereço:
Rua Tabuleiro do
Norte, S/N - Bairro
Couto Fernandes,
em Fortaleza



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

BANCO DO BRASIL

EM DIA NACIONAL DE LUTA: BANCÁRIOS PROTESTAM CONTRA REESTRUTURAÇÃO

Sindicatos dos bancários de todo o país realizaram na sexta-feira (9/8) um Dia Nacional de luta contra reestruturação no Banco do Brasil, que anunciou no dia 29 de julho mais um Plano de Adequação de Quadros (PAQ), com previsão de extinção de funções, redução de postos de trabalho, fechamento de agências e departamentos. O banco também prepara um novo plano de desligamento incentivado. Os protestos de sexta fazem parte do calendário de luta em defesa dos bancos públicos, definido na 21ª Conferência Nacional dos Bancários.

Em Fortaleza, os diretores do Sindicato visitaram e mobilizaram várias agências como parte do Dia de Luta no Estado: Aerolândia, Cambeba, Messejana, Washington Soares, Fórum Clóvis Bevilacqua, Seis Bocas, Frifort, Caucaia, Juaci Sampaio, Ag. Praça do Carmo, Escritório Digital Praça do Carmo, Eusébio, Heráclito Graça, Pontes Vieira, Barão de Studart, Barão de Aracati e Papicu. Na pauta, a cartilha sobre a importância dos bancos públicos e o dia de mobilização contra a desestruturação e redução do quadro de funcionários do BB.

Levantamento realizado pelo Dieese com base em dados do Banco Central, aponta que, atualmente, dos 5.590 municípios brasileiros, 3.365 (60,2%) contam com uma ou mais agência bancária. Do total de municípios, 950 (17%) são atendidos somente por bancos públicos. Os dados mostram, ainda que, com o fechamento de agências de bancos públicos, 57% das cidades brasileiras podem ficar sem agências bancárias e, neste caso, suas populações terão que se deslocar para outros municípios para ter acesso aos serviços por elas prestados.

O exemplo mais alarmante é de Rondônia. Dos 15 municípios do estado, apenas seis contam com agências bancárias e em cinco deles existem apenas bancos públicos. Fechadas as agências de bancos públicos, toda a população do estado teria de ir até a capital para utilizar um banco. A atual política de Estado é de exclusão. Com isso, o papel do banco público, que deveria contribuir para o desenvolvimento regional igualitário e garantir a oferta de serviços bancários para a população, vem se perdendo.

O banco disponibilizou o número 0800-7295-299 para que os funcionários tirem suas dúvidas a respeito do PAQ.



“O BB vem priorizando a proliferação de agências digitais. Isso afetará sua função pública e social. A política de Estado para os bancos públicos deve priorizar a bancarização da população, principalmente a de mais baixa renda, ao invés de copiar o modelo adotado pelos bancos privados. Isso não quer dizer que o BB não possa ter agências digitais, mas o banco não pode abrir mão de agências físicas arriscando descumprir com a função social que compete a um banco público”

Bosco Mota, diretor do Sindicato e funcionário do BB

SANTANDER

NEGOCIAÇÃO DO CRT GARANTE AVANÇOS PARA OS TRABALHADORES

O movimento sindical garantiu alguns avanços na reunião do Comitê de Relações Trabalhista com o Santander, realizada dia 1º/8. Na pauta havia pontos como a data do último dia trabalhado (DUT) direcionada; a certificação para trabalhadores afastados; a retirada de portas giratórias das agências; a remoção de vigilantes de pontos de atendimento bancário (PABs); o reajuste do quilômetro rodado; a definição de teto de coparticipação no plano de saúde dos funcionários; que o plano de saúde seja administrado pela Cabesp; e problemas enfrentados pelos trabalhadores para o retorno ao trabalho após afastamento pelo INSS.

CERTIFICAÇÕES – O Santander tem estabelecido prazo para que os trabalhadores tirem suas certificações, porém, aqueles que estavam afastados e retornaram ao trabalho estão sendo pressionados. Alguns chegaram a receber carta de advertência, o que tem causado apreensão e até o agravamento das doenças. O movimento sindical conquistou prazo de 60 dias para os trabalhadores que não tinham exigência para certificação, mas agora têm. O mesmo prazo foi garantido para aqueles que estavam afastados e estão com a certificação vencida. O banco alegou que, em média, as pessoas levam 35 dias para se certificar e que os problemas pontuais devem ser levados para o RH.

QUILÔMETRO RODADO – Em negociação ocorrida em abril, foi conquistado o reajuste do valor do quilômetro rodado, de R\$ 0,71 para R\$ 0,89, índice defasado desde novembro/2017. Além disso ficou definido que a majoração passará a ser anual. Na negociação do dia 1º de agosto



“O banco cedeu algumas reivindicações, mas se manteve irredutível em outras demandas, mesmo diante de um lucro expressivo que representa 29% do resultado global. É lamentável que, com tamanha lucratividade, o Santander se recuse a atender todas as reivindicações”

Aílson Duarte, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

foi garantido que esse reajuste será com base no IPCA, mais vantajoso para os trabalhadores, e não mais pelo IGP-M.

PLANO DE SAÚDE – O movimento sindical criticou o aumento abusivo no valor da mensalidade e coparticipação do plano de saúde, que tem levado muitos trabalhadores a reduzirem o número de consultas médicas e exames. O banco negou a reivindicação para implantação de um teto de R\$ 200 no valor da coparticipação, alegando que os custos do convênio médico seguem as regras do mercado de saúde.

RETORNO AO TRABALHO – O RH desconta a íntegra do adiantamento salarial dos funcionários que tem o benefício negado pelo INSS, deixando-o sem salário quando este retorna ao trabalho. Esta medida praticada pelo banco afronta a cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que foi negociada justamente para que o trabalhador afastado não fique sem remuneração nestes casos. O movimento sindical reivindica que o

desconto do adiantamento salarial seja correspondente ao máximo de 20% do salário, a partir do retorno do trabalhador, nos casos em que a “dívida” não tenha sido quitada antes. O banco se recusou a discutir o tema individualmente, alegando que essa questão deve ser debatida no âmbito da Fenaban.

DATADO ÚLTIMO DIA TRABALHADO (DUT) – O banco editou uma nova versão do documento que deveria se limitar a informar sobre o último dia trabalhado dos trabalhadores que se afastam das atividades profissionais e dão entrada na Previdência Social devido a problemas médicos, uma exigência do INSS. A nova versão do banco tenta influenciar, negativamente, a perícia médica em relação ao problema que causou o afastamento. O movimento sindical reivindicou que o banco se limite unicamente a prestar somente a informação do Último Dia Trabalhado, quando solicitado e conforme requerido pela autarquia previdenciária e acordado na cláusula 46ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020.

CONVÊNIO

NOVA PARCERIA
GARANTE 30%
DE DESCONTO EM
ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO



O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a psicóloga Denise Fernandes, pós-graduanda em Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que clinica com ênfase em Gestalt-terapia e em Terapia Sistêmica. A profissional é também especializada em Psicologia Hospitalar.

A parceria oferece aos bancários sindicalizados e seus dependentes o desconto de 30% nas consultas. Além do atendimento e acompanhamento psicológicos nas áreas já citadas, a dra. Denise Fernandes realiza ainda avaliação Psicológica para cirurgias (Bariátrica Vasectomia e Laqueadura); avaliação Psicológica para Manuseio de Arma de Fogo; atendimento infantil com crianças a partir de 3 anos, crianças autistas, adolescentes, adultos e idosos, além de realizar também atendimento domiciliar.

MAIS INFORMAÇÕES:

Clínica Phoenix – Rua Bonfim Sobrinho,
50 – Bairro de Fátima.

Fone: 85 99792-8992 (whatsapp)

Atendimento: de segunda a sexta, das
8h30 às 21h

Facebook: psicóloga clínica Denise
Fernandes

#TSUNAMI

DIA 13/8 TODOS ÀS RUAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

As duras regras para concessão de benefícios previdenciários, o desmonte da educação pública de qualidade e os desmandos do governo de extrema-direita de Bolsonaro serão os principais alvos das manifestações marcadas para 13 de agosto, Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Greves Contra a Reforma da Previdência. Em Fortaleza, a concentração acontece a partir das 8h, na Praça da Gentilândia, no Benfica.

A expectativa é que essa mobilização deve ser ainda maior do que as que ocorreram nos dias 15 e 30 de maio, principalmente após a aprovação da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados e os recentes cortes de verba da educação, inclusive na educação básica.

REFORMA APROVADA NA CÂMARA – A Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, o texto principal da reforma da Previdência pelo de 370 votos a favor, 124 contra e 1 abstenção. Eram necessários pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) para aprovar o texto. No início de julho, antes do recesso parlamentar, a proposta foi aprovada em primeiro turno por 379 votos a 131.

Por ser uma tentativa de mudança da Constituição, a reforma precisou passar por duas votações na Câmara. Agora, a proposta segue para o Senado. Lá, passará pela Comissão de Constituição e Justiça. Não há Comissão Especial para analisar o projeto. Na sequência, vai ao plenário do Senado,



onde também precisa ser aprovado em dois turnos, com 49 votos em cada, ou 3/5 dos senadores. Se o Senado aprovar o texto da Câmara sem mudanças, ele é promulgado pelo Congresso e vira uma emenda à Constituição. Caso apenas uma parte seja aprovada pelo Senado, ela será promulgada, e o que foi mudado volta para a Câmara para ser analisado. O Senado pode, ainda, aprovar um texto diferente. Se isso acontecer, ele volta para a Câmara.

AÇÃO DO BEC

SINDICATO PAGA VALORES A MAIS 23 EX-BECISTAS

Mais 23 beneficiários da ação do Sindicato dos Bancários do Ceará contra o Bradesco, em favor de ex-becistas, receberam o pagamento dos valores iniciais da ação na sexta-feira, 9/8. Desta vez foram pagos valores correspondentes a um lote especial de beneficiários que somente agora receberam os primeiros valores da ação.

Saudaram os colegas, os diretores Robério Ximenes e Rita Ferreira, além do assessor jurídico, Anatole Nogueira, que também deram esclarecimentos sobre o processo e o repasse das quantias.

Segundo o diretor Robério Ximenes, esses 23 beneficiários ainda devem ser chamados novamente para o recebimento dos valores finais, como aconteceu com vários ex-becistas divididos em 58 lotes de, em média, 20 beneficiários cada. “Os bancários devem manter seu cadastro sempre atualizado junto ao Sindicato para que possam ser localizados facilmente



sobre informações sobre essa e outras ações”, disse. Já a diretora Rita Ferreira fez um breve apanhado da atual conjuntura política do país, ressaltando a importância de irmos às ruas e combatermos os desmandos, retrocessos e tentativas de retirada de direitos do atual governo.

HISTÓRICO – Essa ação foi ajuizada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará

em 1998, pedindo o pagamento de dois reajustes salariais que o Banco do Estado do Ceará (BEC), não realizou na época, nas Convenções Coletivas de 1996/97 e 1997/98, e que fossem feitos esses reflexos, ou reajustes que o BEC não realizou, junto às verbas salariais, como 13ª, férias, FGTS. Enfim, todos os benefícios previstos pela legislação trabalhista e pelas Convenções Coletivas de Trabalho dos Bancários (CCT).

Breves

Bradesco condenado a indenizar gerente sequestrado em Pedra Branca

O Bradesco foi condenado a pagar indenização por dano moral no valor de R\$ 150.000,00 a um ex-gerente que foi vítima de sequestro enquanto se deslocava no trajeto empresa-casa, em 2008, em Pedra Branca (261,6 Km de Fortaleza). O caso foi classificado como acidente de trabalho e julgado pela primeira turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-CE). O trabalhador alega ter vivenciado “momentos de terror e diversas ameaças de morte”, juntamente com seus familiares. Em razão da violência, ele afirma que adquiriu doenças psicológicas, o que foi confirmado em perícia solicitada pela 12ª Vara do Trabalho de Fortaleza. No entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a atividade bancária deve ser caracterizada como de risco, porque os empregados lidam com o recebimento de dinheiro, propiciando assaltos e, assim, pondo em risco a integridade física e a própria vida. Na decisão foi reafirmada a reintegração do posto de trabalho ao ex-gerente, com a “imposição do pagamento dos salários relativos ao período do afastamento”. O Bradesco não informou se vai recorrer da decisão.

Pesquisa mais antiga sobre emprego deixa de ser feita

O levantamento com a maior série histórica sobre mercado de trabalho no país, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), acabou. A pesquisa começou a ser divulgada em 1985, em parceria com o Dieese, na região metropolitana de São Paulo. Durante os anos 2000, a pesquisa chegou a ser divulgada em sete regiões – além de São Paulo, em Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador. O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, destacou a importância da PED para o acompanhamento do mundo do trabalho e suas transformações e credita o fim da pesquisa a fatores técnicos e financeiros. Com o fim da PED se interrompe a maior série histórica sobre desemprego no país. Ao mesmo tempo, ele observa que o campo estatístico está sob ataque do governo federal. O próprio IBGE e o Inpe (pesquisas especiais) já foram alvo de Jair Bolsonaro.

SEM MOTIVO PARA DESMONTE LUCRO DO BANCO DO BRASIL CRESCE 38,5% E CHEGA A R\$ 8,7 BI NO 1º SEMESTRE DE 2019

O Banco do Brasil obteve um lucro de R\$ 8,679 bilhões no primeiro semestre de 2019, crescimento de 38,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo análise elaborada pelo Dieese. A rentabilidade do banco chegou a 14,9%, ante 11,5%, na comparação entre os mesmos períodos.



A utilização de créditos tributários por parte do Banco do Brasil também contribuiu para melhorar o resultado, já que nesse semestre o banco gastou R\$ 1,6 bilhão a menos com tributação sobre o lucro.

O resultado teve um impacto significativo em decorrência do aumento de 24,4% no resultado de intermediação financeira, que cresceu em função da redução de 87% nas despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, sob influência da redução de despesas com recursos captados no exterior e de provisão para devedores duvidosos, que caíram 11,6%.

Os funcionários trabalham duro para fazer com que o Banco do Brasil seja uma empresa lucrativa, que contribui com dividendos para Tesouro Nacional. Não existe razão para o desmonte do banco, que está sendo promovido pelo governo. Nos últimos doze meses, o BB reduziu 1.507 postos de trabalho, e chegou a 96.168 funcio-

nários. Apenas nos últimos 3 meses o banco reduziu 399 postos de trabalho. Além da redução de postos de trabalho, de junho de 2018 a junho de 2019 houve uma redução do número de agências. São 48 unidades a menos no período.

As receitas de tarifas e prestação de serviços tiveram alta de 6,6%, chegando a R\$ 14,2 bilhões no semestre, o que permite ao banco cobrir 126% do total de suas despesas de pessoal, incluindo os valores da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR).

Mesmo tendo lucro cada vez maior com essas receitas secundárias, o banco continua com o desmonte de sua estrutura por meio de fechamento de agências e redução de pessoal. Com isso, os funcionários ficam ainda mais sobrecarregados e a população é penalizada pela precarização do atendimento. Tudo parte de uma estratégia neoliberal que visa prejudicar a imagem dos serviços públicos para minimizar a resistência à privatização.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: REVOGADA A EXIGÊNCIA DE 120 MESES PARA APOSENTADOS

Depois da cobrança da Contraf-CUT, em junho, e reiterada tanto pelo Grupo de Trabalho de Saúde Caixa, quanto pelo Conselho de Usuários do Saúde Caixa, a Caixa Econômica Federal voltou atrás e vai retirar do RH 221 a exigência de contribuição mínima de 120 meses para manter o plano após rescisão do contrato de empregado aposentado pelo INSS. A nova versão do normativo está em fase de elaboração e será divulgada pela Caixa em breve.

Outros pontos foram acatados, como o não cancelamento do Saúde Caixa para o aposentado que não se recadastrou no período determinado. A Caixa concordou que o plano fique suspenso até que o aposentado possa realizar o recadastramento. A alteração também valerá para os filhos, maiores de 21 anos, permanentemente incapazes.

Foi informado também que o filho permanentemente incapaz, pela nova versão do RH, poderá ter renda de até um salário mínimo para ser mantido como dependente direto após completar 21 anos, não considerando nessa conta a pensão alimentícia. Pela atual redação, filhos nessas condições somente podem ser mantidos se não tiverem nenhum tipo de rendimento.

Em outros itens questionados a patrocinadora se manteve inflexível, como no caso do casal Caixa, obrigando assim que o titular seja o de maior remuneração base.

As mudanças foram resultado do reforço das cobranças realizadas na reunião conjunta ocorrida do GT Saúde Caixa e do Conselho de Usuários do Saúde Caixa com a empresa. As alterações feriam o negociado com a categoria no Acordo Coletivo de Trabalho tal restrição, não cabendo a empresa criar novas regras.



“Nós estaremos sempre atentos à manutenção de todos os direitos que temos no Acordo Coletivo 2018/2020”

Áureo Júnior, diretor do Sindicato e empregado da Caixa Econômica Federal

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

AÇÕES COLETIVAS DO SINDICATO CONTRA O BNB EM FASE ADIANTADA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Duas ações trabalhistas coletivas ajuizadas pelo Sindicato dos Bancários do Ceará tendo como réu o Banco do Nordeste do Brasil S.A. encontram-se em fase adiantada de liquidação na Justiça do Trabalho. Tratam-se das ações conhecidas como PLR 2012 e Equiparação BNB/BB. A da PLR contempla 1.902 funcionários. A da Equiparação atinge cerca de 400 colegas.

A ação reivindicando pagamento de diferenças da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2012, em tramitação na 4ª Vara do Trabalho de Fortaleza, aguardando definição de juízo sobre cálculos de valores devidos apresentados pelas duas partes.

A titular da Vara solicitou à contadoria da Justiça do Trabalho a realização de uma perícia sobre os valores manifestados tanto pelo Sindicato como pelo BNB, podendo resultar em novos valores que seriam os cálculos admitidos pela Justiça.

Pelos cálculos do Sindicato, a Ação da PLR 2012 atingia o montante de R\$ 27,1 milhões, na posição de 31/03/2019. Os cálculos do Sindicato consideravam dois índices para correção de valores devidos: Taxa de Referência (TR), no período de

“Essas duas ações constituem um passivo trabalhista de cerca de R\$ 160 milhões para o BNB. É algo que deveria estar preocupando a direção da Instituição no sentido da

busca de uma solução. Mas o que se vê é a adoção de medidas protelatórias que cada vez mais aumentam esse passivo e deixam frustrados os beneficiários das ações. O SEEB/CE continuará firme na busca do pagamento integral dos direitos de seus representados”

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB



01.04.2013 até 24/03/2015 e, a partir de 25/03/2015, utiliza o IPCA-E, seguindo decisão de instância judicial superior.

Além da correção pela inflação, os valores agregam juros simples de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da Ação, em 01/08/2014.

EQUIPARAÇÃO BNB/BB – A ação que pleiteia a equiparação dos valores de funções em comissão do BNB às do BB também encontra-se em fase final de liquidação. Na posição do dia 28/07/2019, 29 dos 41 grupos com ações ajuizadas pelo Sindicato dos Bancários do Ceará tiveram cálculos homologados pela 3ª Vara da Justiça do Trabalho de Fortaleza. A previsão é que os 12 grupos restantes tenham seus valores homologados no decorrer deste mês de agosto.

Pelos cálculos utilizados até então pela Justiça, os valores da Ação de Equiparação BNB/BB devem somar algo em torno de R\$ 100 milhões. Mas os valores apresentados pelo Sindicato chegam a atingir o montante de R\$ 130 milhões. Essa diferença ocorre principalmente em função do juiz da Ação estar corrigindo os valores devidos apenas pela TR, enquanto o Sindicato considera o IPCA-E a partir de 2015.

Desmatamento aumenta 278%

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que as áreas com alerta de desmatamento na Amazônia aumentaram 278% em julho, na comparação com julho/2018.

A divulgação do número motivou uma série de ataques de Bolsonaro ao Instituto, que desqualificou os dados e chegou a afirmar que o diretor do Instituto, Ricardo Galvão, poderia “estar a serviço de alguma ONG”. Em resposta, Galvão defendeu a precisão da coleta e afirmou que as declarações do presidente pareciam vindas de “um garoto de 14 anos”. No dia 2/8, Galvão foi exonerado do Inpe.

Bloqueio na Educação Básica

O MEC bloqueou R\$ 348.471.498 na “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para educação básica”. No dia 30/7, o governo federal anunciou a decisão como parte de um contingenciamento maior, de R\$ 1,442 bilhão, referente ao terceiro bimestre de 2019. A decisão volta a contrariar discurso de Bolsonaro, que em entrevista no mês de maio afirmou que não pretendia “cortar recurso por cortar”. “A ideia é pegar e investir na educação básica”, afirmou. Ao todo, o governo bloqueou R\$ 6,1 bilhões da educação neste ano.

Aquecimento global

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou dia 8/8 um novo relatório que analisa e compila as descobertas científicas mais recentes sobre o aquecimento global. O documento reafirma a necessidade de limitar o aquecimento da Terra em até 1,5°C e, destaca a importância da Amazônia. O relatório aponta ainda que se o desmatamento na Amazônia atingir 40% da floresta, chega-se a um ponto irreversível tanto para barrar o aquecimento global quanto para a sobrevivência do ciclo da floresta como é hoje. Nos últimos 30 anos, o percentual acumulado já soma 18% em território brasileiro.